

**Ricardo José Lima Bezerra\***

ricardo.bezerra@upe.br

**José Nilson Fernandes da Silva Filho\*\***

nilson.fernandes@upe.br

**Maria Sthefanie Lima Ferreira\*\*\***

sthefanie.lima@upe

### Resumo:

Neste texto busca-se empreender reflexões e discussões em torno da BNCC para o Ensino de História escolar relacionada a etapa do Ensino Fundamental da Educação Básica Nacional a luz de teorizações críticas da educação escolar. Objetiva-se mostrar neste texto que BNCC é um texto normativo e definidor da política curricular nacional em atendimento de interesses mercadológicos nacionais e internacionais a partir de uma escolarização proposta com base no desenvolvimento de habilidades e competências para a vida em uma formação social marcada pela força do grande capital. O presente artigo originou-se de uma pesquisa qualitativa a partir de metodologia bibliográfica e documental, apoiando-se em autores e autoras filiados às teorizações críticas da educação escolar e do Ensino de História. Ao final, acredita-se que foi possível demonstrar, neste texto, que a despeito da BNCC afirmar-se como um documento normativo com propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva em última instância, contudo, percebe-se, pela análise aqui empreendida, incongruências e incompatibilidades os quais negam estes mesmos propósitos e objetivos elencados acima.

### Palavras-chave:

Base Nacional Comum Curricular; Ensino Fundamental; Ensino de História.

### Abstract:

*This text seeks to undertake reflections and discussions around the for the Teaching of History related to the stage of elementary school of national basic education in the light of critical theorizations of school education. It is intended to show in this text that BNCC is a normative and defining text of the national curriculum policy in response to national and international market interests from a proposed schooling based on the development of skills and competencies for life in a social formation marked by the force of big capital. The present article was originated from a qualitative research based on bibliographic and documental methodology, supported by authors affiliated to critical theorizations of school education and History Teaching. In the end, it is believed that it was possible to demonstrate, in this text, that despite the BNCC claiming to be a normative document with purposes that direct Brazilian education to the full human training and the construction of a fair, democratic and inclusive society ultimately, however, it is perceived, by the analysis undertaken here, inconsistencies and incompatibilities which deny these same purposes and objectives listed above..*

### Keywords:

*Common National Curricular Base; Elementary School; History Teaching.*

\* Doutor em Educação pela PUC SP; Mestre e Licenciado em História pela UFPE. Prof. Adjunto da Universidade de Pernambuco UPE.

\*\* Graduando em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco.

\*\*\* Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco.

## Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo, um verdadeiro guia de regras que define objetivos essenciais de aprendizagem, os quais esperam-se que sejam alcançados de forma progressiva por todas as instituições públicas e privadas de educação escolar dentro do território nacional. As normas estabelecidas pela BNCC definem a política curricular brasileira para a Educação Básica, desde 2018, quando entrou em vigência, para o ensino infantil, passando pelas anos iniciais e finais do ensino fundamental, e para o ensino médio a partir de 2020.

Aqui, neste texto, procuraremos realizar uma análise da Base Nacional Comum Curricular em sua seção 4.4.2, a qual orienta o componente curricular História para a etapa do Ensino Fundamental em uma abordagem ancorada em conceitos e ideias extraídas das teorias críticas do currículo. Destarte, em uma abordagem crítica do currículo “há pois uma relação estrutural entre economia e educação, entre economia e cultura” (SILVA, 2011, p.45), Michael Apple, por exemplo, como expoente dessa abordagem crítica sobre o currículo e sua relação umbilical com o *status quo* econômico e político, define que

[...] vai colocar o currículo no centro das teorias educacionais críticas [pois, ele] vê o currículo em termos estruturais e relacionais. O currículo está estreitamente relacionado às estruturas econômicas e sociais mais amplas [...] O conhecimento corporificado no currículo é um conhecimento particular. A seleção que o constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes” (SILVA, 2011, p.46).

Contudo, esta Base Nacional Comum Curricular, na defesa de ser um documento norteador da política curricular brasileira, está regrado no estabelecimento de competências e habilidades específicas para todas as etapas da escolarização básica, e assim, acaba por definir-se como

[...] um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas (BRASIL, 2018, p.5).

A versão final da BNCC para o Ensino Fundamental foi homologada pelo Ministério da Educação em 29 de dezembro de 2017, apesar de muitas manifestações em contrário de entidades de pesquisadores em educação e das áreas específicas de conhecimento, como por exemplo, a Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED) e a Associação Nacional de História (ANPUH). Foi a Resolução CNE/CP n. 2 de 2017 que estabeleceu o caráter normativo da BNCC, a dispensando, assim, da necessidade de apreciação pelo Congresso Nacional e da Presidência da República, sendo este documento apenas homologado pelo então ministro da Educação do governo Michel Temer, Mendonça Filho.

A BNCC se afasta da mera orientação, da indicação sugestiva de conteúdos, para estabelecer, de forma primordial, o que é essencial ao currículo, de modo a definir o perfil que se deseja formar, numa clara escolha político-ideológica pela centralidade curricular e adequação aos critérios educacionais de agências internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, os quais o Ministério da Educação brasileiro encontra-se alinhado. Ferreira e Acioly (2020) afirmam que longe de se apresentar como parâmetro de trabalho, a BNCC é escolha política que se alinha a um modelo estandardizado de educação, segundo as exigências do Banco Mundial e de outros entes transnacionais, das avaliações em larga escala que, numa direção mais incisiva, se converte em instrumento de formação do conjunto da mão de obra produtiva do país. Dourado e Siqueira complementam afirmando (2019, p. 294-295), “do ponto de vista objetivo, há na BNCC um modelo de educação que retoma os princípios da ‘Teoria do Capital Humano’, centrado nas finalidades da educação para o processo de desenvolvimento humano e econômico” de grupos a serem aproveitados no mercado de trabalho. Demonstrando qual é a posicionamento central da BNCC, o próprio texto do documento afirma que:

[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018, p. 8).

A BNCC se define, portanto, como documento norteador da política curricular para a Educação Básica, e no que tange os anos finais do Ensino Fundamental acaba ressaltando a contextualização, a compreensão do tempo histórico, os reconhecimentos das rupturas e permanências em processos que integram diferentes experiências e escalas como sustentação do trabalho docente. Historicizando aspectos legais da BNCC, em abril de 2017 o Ministério da Educação entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação e, por conseguinte, em 20 de dezembro de 2017, a versão definitiva da BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação do governo Michel Temer.

Como estratégia articulada ao cumprimento de algumas das metas do Plano Nacional da Educação (PNE), instituído em 2014, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começou a ser gestada em 2015 com a finalidade de estabelecer os conteúdos fundamentais a serem aprendidos por crianças e jovens durante a Educação Básica. Após estudo de documentos oficiais curriculares em vigência nos estados, consulta pública e seminários estaduais para análise de duas versões preliminares, a BNCC chegou à sua terceira versão. A Base Nacional Comum Curricular é um currículo oficial nacional, instituído em 2017 e implementado na Educação Básica a partir do Ensino Fundamental em 2018. Esta Base, no entanto, reflete práticas de poder e de atribuição de sentidos e significados, visto que, currículo “constrói realidade, nos governa [...] projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na intersecção entre diferentes discursos sociais e culturais” conforme definem Lopes e Macedo

(2011, p.41) quando tratam de currículo, apontando as disputas entre políticas curriculares que recorrentemente ocorre e sua vinculação como prática discursiva de poder social e econômico.

## **A Base Nacional Comum Curricular em História: o ensino por competências**

A BNCC orienta o trabalho com os componentes curriculares através do ensino por competências. Estas, por sua vez, aparecem ao longo de todo o corpo do documento curricular. Como afirma Barbosa, Lastória e Carniel (2019) “essa mudança no ensino que vem junto com a BNCC, se dá por pressão social e mercadológica”, conforme apontado acima. Continuando em sua análise, Barbosa, Lastória e Carniel afirmam que

“há uma pressão internacional para esta reformulação por considerar o ensino por disciplinas como um conhecimento fragmentado, academicista, individualista, pouco relevante e pouco atrativo aos alunos. O ensino por competências na BNCC é entendido como um modo de possibilitar conhecimentos práticos”. (BARBOSA; LASTÓRIA; CARNIEL, 2019, p. 517).

Na seção 4.4.2. da Base, destinada a explicitar o modelo curricular adotado para o ensino do Componente Curricular História, são colocadas 7 competências específicas para o Ensino de História no Ensino Fundamental – reproduzindo uma característica adotada para toda a Educação Básica Nacional, com suas dez competências gerais, assim como houve a definição de competências para cada componente curricular. A BNCC adota como definição de competência “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8). Em História, como exemplo emblemático, uma das competências listadas principalmente observando-se e considerando os últimos dois anos (2020-2022) marcados pelo distanciamento social e as formas híbridas/remotas de educação escolar em função dos distanciamentos sociais provocados pela Pandemia do Sars-Cov 2: “Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais” (BRASIL, 2018, p. 402).

Assim, ao adotar as competências para o tratamento pedagógico dos conteúdos curriculares, o Ministério da Educação orienta-se, neste momento (ano de 2022) em que implementa por completo a BNCC – com o propalado Novo Ensino Médio, de forma que o mais relevante “é alinhar as políticas educacionais brasileiras às políticas globalistas que advogam para a Educação valores internacionais (BARBOSA; LASTÓRIA; CARNIEL, 2019, p. 518)

Sendo assim, na seção 4.4.2 da BNCC, é tratada a História no Ensino Fundamental nos anos iniciais, como um conjunto de habilidades/competências e onde são especificadas as unidades temáticas a serem desenvolvidas ao longo dos anos curriculares, acentuando o caráter de típica prescrição curricular. Para o

Ensino Fundamental, analisa-se que a BNCC, de acordo com o texto em vigor, busca contemplar a construção do sujeito cidadão para o mercado de trabalho e a percepção do ser humano em consoância com o mundo em que se vive.

Nesta seção da BNCC 4.4.2.1, dedicada a História escolar, são elencadas uma série de unidades temáticas seguidas dos objetos de conhecimento a serem trabalhados em cada uma dessas unidades, bem como as habilidades que necessariamente devem ser alcançadas pelos estudantes do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano, com evidente prescrição curricular e conteudista, pautada numa perspectiva linear e continuísta da História escolar. Em seguida, repete-se a mesma estrutura – unidades temáticas, objetos de aprendizagem e competências e habilidades - para o ensino de História nos anos finais do ensino fundamental, na seção 4.4.2.2. para as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano. É muito interessante a forma com que os conteúdos são postos na BNCC do 6º ao 9º ano, visto que os conteúdos programáticos seguem a linearidade dos acontecimentos ao longo de uma História contínua, eurocentrada e estaticamente dividida nos tradicionais períodos históricos de acordo com a historiografia metódico-positivista e tradicional, iniciando com o período de origens e dispersões dos seres humanos pela Terra e passando por todas as idades (períodos) da História como a Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, numa evidente orientação didático-pedagógica por uma História contínua, linear, progressiva e metódica.

No 8º e 9º ano, vê-se uma orientação em abordar uma História mais recente e voltada para os acontecimentos que formaram o Brasil a partir do século XVIII e XIX. Encaminhando-se para as unidades temáticas de conclusão do 9º ano Ensino Fundamental, trata-se bastante sobre o período de República no Brasil, Anos Dourados (décadas de 1940 a 1960) e Ditadura Militar. Conteúdos que, sendo abordados adequadamente, tornam-se fundamentais para a construção do ser social e do pensamento histórico.

A intencionalidade apresentada anteriormente, ou seja avaliar a BNCC com relação a História ensinada no Ensino Fundamental em uma perspectiva crítica, cabe apontar alguns dos fundamentos teóricos desta análise. Anteriormente, cabe ressaltar que realizamos a construção deste texto embasados na pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. A pesquisa qualitativa aqui é compreendida como “qualquer tipo de pesquisa que gera resultados que não foram alcançados por procedimentos estatísticos ou outro tipo de quantificação” (STRAUSS; CORBIN, 1990 Apud ESTEBAN, 2010, p. 124). A seu tempo, a pesquisa qualitativa bibliográfica é aqui aplicada na forma de “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos [...] A pesquisa bibliográfica é imprescindível para a realização de estudos históricos (SANTOS, 2003 Apud OLIVEIRA, 2010, p.69).

## **É possível um currículo nacional para a História no Ensino Fundamental ?**

Em um texto instigante, intitulado “A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?” Michael Apple tece significativas considerações sobre o desejo de segmentos da

sociedade política alinhados com os interesses econômicos e sociais das classes dirigentes para que haja uma política curricular oficial. De acordo com Apple (2011, p.72), essa política curricular oficial “exprime o conflito em torno daquilo que alguns veem simplesmente como descrições neutras do mundo e outros, como concepções de elite que privilegiam determinados grupos e marginalizam outros”.

Apple afirma que não se opõe a criação de um currículo nacional, tampouco é contra um sistema nacional de avaliação. Contudo, se preocupa com as consequências e implicações de seguir essa diretriz, em face ao triunfo do conservadorismo no mundo ocidental nas últimas décadas. Apesar de escrito há quase 30 anos, os exemplos de Apple se coadunam com o contexto brasileiro de 2018, quando tivemos no Brasil um avanço do conservadorismo e da política econômica neoliberal de Direita simultaneamente a implantação de um currículo nacional com a BNCC. Em seu texto, Apple cita o caso da Inglaterra do final dos anos 1980 e início da década seguinte, como exemplo basilar desta discussão, e deveras indentificamos o caimento perfeito à realidade brasileira do final da segunda década do século XXI. Segundo Apple, o currículo nacional inglês consiste de matérias básicas e fundamentais, como Matemática e Ciências, e um sistema nacional de exames e testes de aproveitamento, com o qual o autor discorda. Ele alega que já existe um currículo nacional norte-americano, baseado na inter-relação entre as políticas de adoção de livros didáticos do Estado e o mercado editorial. No entanto, este autor reforça que sempre devemos fazer a seguinte pergunta: que grupo social lidera as ações reformistas em torno da criação de um currículo e um sistema de avaliação nacional? E continua dizendo:

Essa pergunta leva naturalmente a outra, de maior amplitude: tendo em conta a resposta à primeira pergunta, quem ganhará e quem perderá em consequência de tudo isso? Sustentarei que, infelizmente, quem está estabelecendo de fato a pauta política na educação são grupos de Direita e que, em geral o mesmo padrão de benefícios que tem caracterizado quase todas as áreas da política social – através dos quais os 20% mais ricos da população ficam com 80% dos benefícios – será reproduzido também nesta área.(APPLE, 2011, p.76).

Importante ressaltar que a BNCC implantada no Ensino Fundamental pelo Ministério da Educação a partir de 2018, faz parte, considerando uma visão crítica da educação escolar e dos estudos curriculares, de um conjunto de decisões advindas do sistema político envolvendo as intenções e as estratégias determinadas por critérios ideológicos, conforme afirma Pacheco (2005) ao estudar como são formadas as políticas educativas e curriculares. Em uma perspectiva crítica:

O currículo depende [...] dos condicionalismos econômicos existentes numa dada sociedade: os recursos educativos; a valorização da carreira dos professores; as expectativas profissionais dos alunos; as opções curriculares dos alunos; a pressão dos grupos econômicos na escolha das áreas de conhecimento, etc. (PACHECO, 2005, p.59).

Assim as políticas curriculares emanadas do sistema/da sociedade político/política almejam um certa instituição escolar, reflexo e correspondente a essas políticas curriculares que por sua vez, reproduzem os interesses de certos seguimentos sociais dirigentes:

[...] a escola seria um meio de reprodução social, ao serviço de uma ideologia de Estado, que estabeleceria a correspondência entre educação e interesses econômicos de determinados grupos sociais. Não é sem razão que o currículo é definido por uma hierarquia de conhecimentos, distribuídos segundo uma escala acadêmica de prestígio, visível na análise dos planos curriculares dos ensinos básicos [...] (PACHECO, 2005, p. 60).

A História, enquanto componente curricular, aparece então, nesta hierarquização de conteúdos, em um patamar secundarizado. Um vez que o currículo corresponde a um projeto de escolarização que reflete a concepção de conhecimento de certos segmentos sociais dirigentes, a História escolar é uma das áreas curriculares menos prestigiadas, seja pelo tempo escolar destinado a ela em sua vivência do currículo em ação durante a Educação Básica, este cada vez mais exíguo e fragmentado em poucas horas de aulas anuais, seja pelas tantas outras manifestações de devalorização do professor de História, visto como um doutrinador a serviço de um complô comunista contra esses grupos dirigentes liberais e/ou conservadores do *status quo* que definem qual escola o Brasil deve ter de fato.

Incongruentemente, no entanto, observa-se na seção 4.4.2. ao Componente Curricular da História no Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular corresponde fazer uma breve introdução sobre a importância de se estudá-la, assim como pensar a História como um saber necessário para a formação dos estudantes. A BNCC procura evidenciar em seu texto, também, a relação empregada entre o presente e o passado, sendo citado a importância de existirem na historiografia atual e recorrente referências teóricas muito boas. Contudo, ao analisarmos a BNCC em História, observa-se que enquanto plano e proposta curricular olvida-se esta hierarquização e estratificação de conteúdos e saberes, os quais, por sua vez, atingem justamente a História, e, como afirmamos acima, secundarizando-a e desprestigiando-a no convívio com outros conhecimentos curriculares presentes na BNCC.

A organização do conhecimento se dá através de certos processos, sendo o principal deles a estratificação do conhecimento. Nesta, alguns componentes do conhecimento são tomados como de alto status, sendo tal seleção baseada no prestígio e níveis de poder de grupos sociais hegemônicos (HORN; GERMINARI, 2006, p.17).

As incongruências subsistem quando olha-se para História escolar prescrita na BNCC, justamente em apontar curricularmente como sendo relevante para a formação de cidadãos críticos, autônomos e reflexivos os conteúdos, certas habilidades e competências nela elencados. No entanto, na própria BNCC a sua desimportância é ressaltada, reduzindo o conhecimento histórico à processos de aprendizagem e desenvolvimento destas mesmas competências e habilidades específicas.

Cabe ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), indica, prescritivamente, como documento curricular que é, o que deve ser empregado em todas as escolas do país, no tocante ao

desenvolvimento de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Outrossim, a noção de competências “esconde um nocivo e perverso viés educacional, com tendências direitistas que individualizam o insucesso escolar dos alunos, eximindo ao mesmo tempo o Estado e as instituições educacionais (BARBOSA; LASTÓRIA; CARNIEL, 2019, p. 520) Ademais, a BNCC assume uma característica prescritiva e diretiva, procurando, ao menos em tese, contemplar um desenvolvimento integral dos estudantes, onde todos os campos da vida deste educando é desenvolvido e potencializado. Afirma-se, desta maneira, que a História escolar contribuirá na preparação para a vida cidadã, haverá um melhor entendimento da relação presente e passado, e as possibilidades do saber histórico a partir dos conteúdos elencados no documento serão melhor aprendidos. Para o campo da História ensinada, a BNCC está empenhada em promover a cidadania utilizando-se do passado, e na perspectiva de construir um mundo melhor para o futuro.

Visto isso, a seção 4.4.2 referente ao ensino de História na etapa do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) é a parte principal da Base Nacional Comum Curricular que esse texto introdutoriamente analisa e problematiza com relação ao Ensino Fundamental. São muitos os pontos a serem analisados: será que todas as escolas do Brasil têm capacidade estrutural para aplicarem as práticas e conteúdos de ensino prescritos pela BNCC? Será que a “padronização do ensino” proposta pela BNCC é possível em um país de realidades sociais e culturais tão diversas? Quais competências a BNCC espera que os docentes e discentes desenvolvam? Apesar de tantas discussões salutares em torno da BNCC, opta-se, a seguir, por ancorar a discussão na temática de como a BNCC aborda, afirmando a tese apontada acima por nós - a secularização/desvalorização da História no currículo do Ensino Fundamental através de seu caráter prescritivo, diretivo, pouco se importando com o diálogo epistemológico para além das margens de seu elenco de conteúdos propostos.

Conforme discutir-se-á a seguir, a BNCC em História não inova, repetindo velhas afirmações sobre a história escolar e limitando-se prescrever conteúdos, bem como a estimular o desenvolvimento de competências e habilidades como os apontados a seguir.

## **BNCC e o Ensino de História: Competências, Práticas e Problemas**

### **Quadro 01 – COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.



4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais

Fonte: (BRASIL, 2018, p. 402)

Considerando as discussões empreendidas acima, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica apresentadas no texto da BNCC, assim como em articulação com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o Componente Curricular de História deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas, conforme quadro demonstrativo acima extraído da seção 4.4.2.

Ao analisar a Base Nacional Comum Curricular encontra-se algumas contradições que reforçam a incongruências e antinomias que citamos acima, ou seja parte do documento aponta em uma direção – a formação de um currículo nacional em todos os diferentes componentes curriculares da Educação Básica; e em outras partes que tratam de mesma temática configura-se com outra abordagem. Isto ocorre porque a BNCC, muito mais alinhada a uma certa visão de política educacional conservadora, tecnicista, alinhada à sociedade política neoliberal, pautava sua proposta, especialmente

[...] à aquisição de competências e habilidades e impõe uma relação direta entre o currículo a ser cumprido pelas escolas e uma política de avaliação por resultados, alinhando-se, portanto, às políticas educacionais neoliberais em que a educação se reduz à aprendizagem de conteúdos escolares mínimos. Tais políticas vão de encontro a uma formação integral e crítica tão necessária ao desenvolvimento dos estudantes enquanto seres humanos e cidadãos que se apropriam dos conhecimentos historicamente acumulados, refletem e se sentem capazes de intervir na sociedade a fim de torná-la mais justa e democrática (LOPES, 2021, *on line*).

Na BNCC fica evidenciado a capacidade de servir de guia para a prática docente, mas não se fecha em si mesma, apontando unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades como determinações curriculares que podem ser ajustadas pelos sistemas de educação escolar e devem ocorrer adequações das propostas curriculares de cada estado da federação. Se o sistema de ensino considerar que determinados elementos devem ser inseridos ou suprimidos conforme recomendado na BNCC, apenas o percurso de aprendizagem é preservado. Dessa forma, seriam reestabelecidos as limitações inerentes ao processo de acomodação em áreas específicas, pois a tendência é de homogeneização/padronização de conteúdos, o que pode ser muito prejudicial para àqueles estados e municípios que não possuem projetos curriculares

próprios, adotando assim, a BNCC como currículo mínimo. Sem criticidade, sem adequações regionais, e, portanto, sem reflexão, conforme nos explica Lopes

Em diversos estados e municípios brasileiros, as Secretarias de Educação reduziram a carga horária de disciplinas como *história, geografia, sociologia* [...] Na realidade, essa reforma criou dois níveis de disciplinas: as prioritárias que se restringem à matemática e língua portuguesa e as de segundo nível que são as demais diluídas em *áreas do conhecimento* ou transformadas em *temas transversais*. Os técnicos e especialistas responsáveis pela reforma alegam que a disciplina pode ser oferecida, pois as BNCC determinam apenas os componentes curriculares obrigatórios que constituem cerca de 60% dos conteúdos a serem ministrados. Nessa concepção pedagógica está embutida a ideologia de uma educação empobrecida que não considera a perspectiva crítica e reflexiva que disciplinas como *história, filosofia* ou *sociologia* podem suscitar nos estudantes. Uma educação de conteúdos mínimos que só se preocupa em abastecer o mercado com profissionais pouco qualificados capazes de aceitar passivamente a intensificação e precarização de seu próprio trabalho formando um exército de reserva que alimenta o desemprego estrutural característico da economia capitalista (LOPES, 2021, *on line*).

A BNCC, na seção 4.4.2, apresenta que a História é dotada de significados e sentidos que são reinterpretados por grupos diversos de acordo com seus objetivos e pretensões, e alega que o mundo está em constante movimento e transformação, e que o exercício do “fazer história” está, portanto, mais complexo. Propõe então, por exemplo, para os anos finais do Ensino Fundamental, a contextualização, a compreensão do tempo histórico, o reconhecimento de permanências e rupturas em processos integrados de múltiplas experiências como fundamentos curriculares para o componente curricular História.

Neste ponto, notam-se outros aspectos e elementos que reafirmam mais incongruências como as apontadas acima, pois ao passo que constata-se a mutação da produção e discussão historiográfica, sobretudo dos últimos 50 anos, trás em sua predicação normativa conteúdos claramente pré-estabelecidos para serem trabalhados em sala de aula, ignorando a própria constatação da variedade de pensamentos, práticas e sentidos em relação a produção historiográfica das últimas décadas.

Observa-se que este documento curricular traz uma espécie de lista de conteúdos e padronização de todo um sistema de ensino, e ela mesma tenta tornar competência essencial, a compreensão (pelos alunos), de que a sociedade não é homogênea e que a linguagem é um meio para constatar isso. Cita, neste ponto, o caso de indígenas que utilizam uma numerologia diferente da grega para contar. Ora, se é notada tal diversidade, como esperar que uma base “comum” sane os problemas da educação e facilite o processo de aprendizagem de forma democrática para todos os alunos de escolas pública e privadas do país? As realidades são diferentes, e a BNCC com seus conteúdos pré-programados dificulta a autonomia dos docentes, a conseqüente ação crítica e reflexiva das unidades escolares na vivência destes conteúdos e, por conseguinte, dos discentes destas intuições de educação escolar.

A prática conteudista na educação, proposta pela BNCC, trás à tona mais um problema para o ensino de História: a temporalidade e a cronologia. A visão de uma história linear, de acontecimentos sucessivos com data de início e fim é deveras ultrapassada, mostrando o descompasso com a produção historiográfica recente, assim como amplifica as dificuldades existentes entre a relação da História Acadêmica com a

História escolar e seus docentes. Passado, presente e futuro não são três fases da história da humanidade, um não começa quando o outro termina. Isso de certa forma dá privilégio para os grandes acontecimentos apagando sociedades ou grupos sociais que tiveram participação importante na história, ou seja, é uma prática que serve a uma elite burguesa como observou a professora Maria do Carmo Martins, desde 2017, docente líder do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação (Memória) da Faculdade de Educação da Unicamp em uma reportagem de Manuel Alves Filho publicada no Jornal da Unicamp :

A Base não é uma pauta específica dos segmentos privatizantes. Ao contrário, ela está na agenda de diferentes grupos sociais, inclusive os que fazem uma forte defesa da escola pública de qualidade. No entanto, os representantes dos interesses mercadológicos se vincularam ao Estado e conseguiram explicitar suas demandas. Uma das consequências dessa estratégia foi a saída de alguns movimentos [sociais] do processo, porque perceberam que não poderiam mais fazer a defesa da escola pública” (ALVES FILHO, 2017, *on line*).

Ou seja, a BNCC não se preocupa em sanar problemas da educação, não leva em conta as estruturas das escolas e muito menos a sociodiversidade étnica, racial e cultural presente entre os discentes nas unidades escolares por região, bem como a variedade de processos de ensino-aprendizagem. Não é, portanto, muito difícil perceber que a BNCC serve, essencialmente a um propósito: alinhar-se aos programas neoliberais e conservadores de sociedade, à serviço dos interesses das camadas sociais dirigentes.

Ter uma mão de obra qualificada ? Servir ao capitalismo e se preparar para isso ? Ao que parece a Base Nacional serve mais aos interesses do empresariado do que propriamente as necessidades dos estudantes e das instituições escolares presentes em todo o país.

Destarte, a BNCC para a História no Ensino Fundamental, em vigência a partir de 2018, objetiva que os discentes possam desenvolver algumas competências básicas, como, por exemplo, identificar contextos e diferenças que as sociedades estão inseridas; a comparação, que tem por base confrontar o que foi identificado anteriormente; a contextualização, que auxilia na localização de momentos específicos dos acontecimentos considerados históricos; a interpretação, que é uma competência que exige uma criticidade maior por parte do discente e um esforço maior por parte do docente; e a análise, uma habilidade que busca trazer sentido a todo material construído... No entanto, essas competências, sobremaneira, precisam estar alinhadas com as expectativas e projetos de sociedade com uma finalidade bem perceptível: atender ao grande capital corporativo internacional e aos grupos sociais nacionais dirigentes, com suas práticas políticas neoliberais, conservadoras e reprodutoras do *status quo*.

Portanto, nota-se mais uma contradição da BNCC, como na passagem a seguir:

Ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Dessa maneira, a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos (BRASIL, 2018, p. 354).

Destarte, então, pergunta-se: como é possível a construção da autonomia intelectual e a formação de base crítica quando encontramos na BNCC um processo de aprendizagem tão guiado e padronizado, a partir do prévio estabelecimento de unidades temáticas, objetos de conhecimentos e formação de habilidades ?

A experiência educacional para o ensino de História – fundada no desenvolvimento de competências e na aquisição de habilidades - proposta na BNCC, expressa, que os alunos sejam capazes de construir suas próprias interpretações de “forma fundamentada e rigorosa” e que façam isso com base nos conteúdos propostos. Contudo, entende-se, em última análise, que o que de fato ocorre é o fortalecimento de uma prática curricular conteudista, linear, eurocentrada e cronologicamente progressivista. Assim, de certa forma, ignora-se a importância e utilidade de documentações não-escritas, e tende a fortalecer nos educandos amarras às formas mais tradicionais de conteúdos históricos, reforçando os propósitos e interesses dos elaboradores deste documento curricular. E o vivenciar História, seja na experiência do fazer educacional cotidiano, seja na experiência historiográfica e acadêmica, não se coaduna com os propósitos da BNCC. Borges (2005) em uma obra que marcou gerações de professores historiadores - O que é História?, já criticava formas tradicionais de estudar e ensinar História, formas estas que se repetem com a BNCC de 2018:

Fazer uma listagem de fatos, sem caráter explicativo, não é história, é cronologia, que é uma parte que deve embasar o trabalho do historiador. Fazer uma interpretação histórica sem base concreta dos fatos é ficção histórica, e está muitas vezes a serviço de outros interesses, em geral mais imediatísticos e ligados a disputas de poder. (BORGES, 2005. p. 61-62).

Na esteira dessa mesma visão, ou seja, que a História é muito mais do que um amontoado de fatos passados e seu ensino, significa, curricularmente, apenas expor essa coletânea de acontecimentos diante de uma turma de alunos. Kátia Abud pondera sobre os currículos oficiais e seu caráter instrumental à serviço de projetos de poder instituídos:

os currículos e programas constituem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, o que significa sua interferência em última instância, na formação da clientela escolar para o exercício da cidadania, no sentido, que interessa aos grupos dominantes” (ABUD, 2020, p.28).

Pereira e Rodrigues (2018), em um texto analítico a respeito da BNCC e o Ensino de História relacionado a constituição das temporalidades e a formação de identidades, afirmam outrossim, o quanto neste documento curricular subsiste a predominância da história de dominância eurocêntrica, contínua e pautada no apagamento de outras etnias, desconectada das demandas do tempo presente e, explicitamente, apresentando a História escolar nas suas formas clássicas, usuais e tradicionais de repartição do tempo e conhecimentos históricos (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea). No dizer desses autores, a BNCC em sua versão definitiva e homologada pelo Ministério da Educação:

[...] despolitizou o recorte e a seleção dos conteúdos e das problematizações a serem realizadas no âmbito de uma aula de história, mantendo a clássica e eurocêntrica divisão da temporalidade histórica quadripartite e a já conhecida e tediosa lista de conteúdos. Contudo, se a Europa continuou a ser a referência para contar as histórias de indígenas, africanos ou asiáticos, não se trata de despolitização, mas de manutenção de uma concepção de história que é política, embora tenha passado boa parte de sua trajetória de formação disciplinar, forjando para si uma aparência de neutralidade (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p.10).

Presente na filosofia de ensino que orienta a BNCC está a ideologia de uma educação empobrecida, que não leva em conta as perspectivas críticas e reflexivas que componentes curriculares como a História escolar podem fomentar nos educandos. Uma educação mínima preocupada apenas em suprir o mercado com profissionais de baixa qualidade que possam aceitar passivamente a precariedade de seus empregos, formando um exército de reserva que alimenta as características estruturais da economia capitalista, conforme reforça Lopes (2021).

### Considerações Finais

A seção 4.4.2 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 é direcionada ao ensino de História na educação básica no nível fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), contendo as bases referentes às competências e procedimentos referentes a ele. Apresenta as unidades temáticas e os objetos de conhecimento (conteúdos) a serem ministrados em sala de aula e as habilidades que se esperam serem desenvolvidas durante o processo de aprendizagem.

Mesmo propondo uma metodologia de ensino por meio do desenvolvimento de competências, o que *per se*, já aponta-se como algo temerário, ao menos em tese, romperia com o foco conteudista de uma educação tradicional e que deveria ser um guia de competências para auxiliar os docentes no desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem. Na realidade, apresenta em sua versão final e em vigência, uma grande listagem de conteúdos pré-selecionados com os quais o docente tem a obrigação de trabalhar dentro dos parâmetros exigidos, além de inserir a lógica de mercado no ensino, trazendo uma perspectiva pragmática, conteudista e acrítica da aprendizagem escolar em História.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acabou por se preocupar mais com o que deve ser ensinado do que com o questionamento crítico das temáticas e a finalidade do referido processo de ensino-aprendizagem. Apresentou uma visão conteudista do ensino e, no caso específico do ensino de História, extremamente ligada a uma narrativa cronológica, linear, metódica e factual sem propor, pelo menos não de maneira eficaz, uma análise crítica e contextual para os estudantes dos acontecimentos e processos históricos. Além disso, é imprescindível compreender e perceber a existência de valores sendo comunicados na seleção desses conteúdos, o que Silva (2011) irá chamar de “currículo oculto”. Mendes, por sua vez, informa que “[...] a BNCC foi apoiada por grupo de empresas, o Movimento Todos pela Educação e o Movimento pela Base Nacional Comum, que podem ser enquadrados, sem dificuldade, no conceito de reformadores da educação” (MENDES, 2020). A BNCC foi financiada por grandes empresas da iniciativa privada que integram esses

movimentos como, por exemplo, a Fundação Bradesco, o Itaú Social, a Gol Linhas Aéreas e o Instituto Natura, e, obviamente, esse investimento não foi à toa – um ato de mero mecenato educacional – porém, e sobretudo, financiou uma proposta educacional e curricular voltada para uma formação tecnicista e empresarial, relacional/articulada aos interesses políticos, econômicos e sociais das camadas dirigentes do Brasil, integrantes das gestões destas mesmas empresas.

É importante analisar o contexto e a modificação sofrida pela BNCC entre sua versão inicial, proposta em 2015 e a versão homologada, a qual nos detivemos com maior atenção ao longo deste texto. A versão de 2015 apresenta uma abordagem diferente quanto às habilidades a serem desenvolvidas em relação aos conteúdos de História, ostentando verbos como: compreender, problematizar, relacionar e questionar no campo das habilidades. Para tais atribuições entende-se a necessidade que o estudante se aproprie do conteúdo de maneira crítica. Contudo, a versão homologada e em vigência desde 2018 caracteriza-se pelo foco em habilidades de: identificar, descrever, mapear, comparar e até mesmo inventariar a História eurocentrada, linear, progressista... Esta, que por sua vez, olvida as demandas dos movimentos sociais e das temáticas pulsantes do nosso tempo sócio-histórico, como questões étnico-raciais, estudos de gênero e debates sobre as devastações ambientais e os impactos climáticos destas. As habilidades, presentes na BNCC de História podem ser entendidas como mecânicas e que não exercitam/desenvolvem de maneira eficaz a criticidade do estudante. São habilidades caras e pertinentes apenas ao meio empresarial, representando uma neoliberalização da Educação Básica, em especial do Ensino Fundamental.

A versão de 2015, ainda que passível de críticas como, por exemplo, a deficiência de conteúdos referentes à História Antiga e Medieval, caracterizava um maior equilíbrio entre metodologias de caráter progressista e interesses neoliberais. Além disso, a própria representatividade regional na versão homologada é muito menor do que na versão de 2015, esta, por sua vez, continha uma variedade regional maior entre os elaboradores, sendo a versão homologada predominantemente vinculada a profissionais de universidades existentes no Estado de São Paulo. Apresenta-se, outrossim, como um grande desafio, o qual seja: elaborar um currículo nacional em uma país de proporções continentais, ainda mais quando não se exerce a representatividade regional.

A versão homologada da BNCC propõe o ensino de um passado histórico sem buscá-lo relacionar com a realidade social, econômica e cultural do estudante, não fomentando discussões e questionamentos que o façam compreender sua própria realidade e também ser um sujeito crítico e transformador desta, pois, finalmente,

Verifica-se que a aula de história foi cada vez mais esvaziada do seu potencial crítico em relação às identidades dominantes e/ou tradicionais e do seu papel de construção/reconstrução da memória. É dessa forma que as listas de conteúdos e competências apresentadas para o ensino fundamental, apesar de incluírem tópicos alusivos às histórias de negros e indígenas, não denunciam as marcas de sua invisibilização e silenciamento, muito menos aquelas que atingem os movimentos LGBT, os quilombolas, etc. (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 13 ).

## Referências

- ABUD, K. M. Currículos de História e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- ALVES FILHO, M. *Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas*. Jornal da Unicamp. Campinas, 04 dez 2017. Notícias. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>> Acesso em: 10 jan 2022.
- APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 71-106.
- BARBOSA, P. P. L.; LASTÓRIA, A. C.; CARNIEL, F. S. Reflexões sobre a História escolar e o ensino por competências na BNCC. *Faces da História*, Assis, v. 6, n. 2, p.513-528, jul/dez, 2019.
- BORGES, V. P. *O que é História ?* São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018.
- DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo, *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai/ago, 2019.
- FERREIRA, D. da S.; ACIOLY, J. S. A Base Nacional Comum Curricular de História: orientações gerais para os anos iniciais. In: SANTOS, K. de O.; ROCHA, P. R. L.da; MELO, S. C. da S. (orgas.) *Educação, Currículo e Formação de Professores: Debates Contemporâneos*. Arapiraca: EDUNEAL, 2020. p. 61-80.
- HORN, G. B.; GERMINARI, G. D. *O Ensino de História e seu currículo: teoria e método*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOPES, S. C. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): na contramão de uma formação crítica*. Construir Resistências. Rio de Janeiro, 06 nov. 2021. Disponível em <<https://construirresistencia.com.br/base-nacional-comum-curricular-bncc-na-contramao-de-uma-formacao-critica/>> Acesso em 24 fev 2022.
- MENDES, B. Ensino de história, historiografia e currículo de história. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020, p. 01-21.
- OLIVEIRA, M. M de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PACHECO, J. A. *Escritos Curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PEREIRA, N. M.; RODRIGUES, M. C. M. (2018). BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n.107, 2018. p. 01-19. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3494>> Acesso em 20 fev 2022.
- ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa Qualitativa em Educação*. Porto Alegre: AMGH Editora, 2010.
- SILVA, T. T. da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Submissão: 07/03/2022

Aceite: 11/07/2022